

# Região e desenvolvimento territorial: Interloquções entre um conceito e um tema nos estudos da Geografia

Elaine Fabiane Gaiovicz\*  
Robson Olivino Paim\*\*  
Sirlene Fagundes Dall'Igna\*\*\*

## Resumo

A ciência geográfica, como as demais ciências, tem conceitos-base para a análise do seu objeto de estudo. Nesse contexto, o conceito de região tem sido historicamente utilizado por diferentes correntes de pensamento geográfico, a fim de melhor compreender a distribuição espacial dos fenômenos. Além dos conceitos, também surgem temas com a finalidade de melhor direcionar os estudos. Esse é o caso, por exemplo, da questão do desenvolvimento territorial, que considera a congruência dos diversos fatores na organização humana do espaço geográfico e as consequências para o desenvolvimento da região em termos econômicos, culturais, políticos e sociais. Embora região e desenvolvimento territorial sejam conceitos distintos entre si, a região é a base areal para analisar o desenvolvimento regional. Ela consiste em uma base menor do território, onde os agentes políticos e sociais elaboram as diretrizes para o seu desenvolvimento,

---

\* Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; pesquisadora do Grupo de Estudos Territoriais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; elaine-fabiane@hotmail.com

\*\* Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina *Campus* de Xanxerê, SC, e da Fundação de Ensino Superior de Clevelândia, PR; paim.robson@hotmail.com

\*\*\* Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; membro do Grupo de Estudos Territoriais; assistente técnico-pedagógica na rede estadual de ensino de Santa Catarina.

de acordo com as atividades produtivas locais. O estudo do desenvolvimento territorial requer a análise da região como algo incorporado nas relações sociais e de produção, no intuito de atingir as perspectivas de crescimento nos aspectos mencionados.

Palavras-chave: Região. Desenvolvimento. Território. Geografia.

## 1 INTRODUÇÃO

Qualquer área do conhecimento é composta por conceitos e temas em torno dos quais giram as discussões sobre seu campo de estudo. Concepções teóricas e filosóficas convergem e divergem acerca da análise de um mesmo objeto.

Com a Geografia, ciência do espaço e da organização dada a ele pelo homem, não é diferente: desde sua afirmação como ciência, no século XIX, várias correntes de pensamento, embasadas em filosofias diversas, firmaram-se. Conceitos foram elaborados e reelaborados, temas foram debatidos, afirmados, refutados, reformulados.

É o caso, por exemplo, do conceito de região e das aplicações nos estudos geográficos; é corrente, no âmbito das discussões da Geografia, o conceito de região. Conceito este que, embora figure no âmago dessa ciência desde a sua gênese, ainda desencadeia uma série de discussões de cunho conceitual e teórico-metodológico.

Discutir região *per se* é um trabalho meandroso, em virtude dos vários fatores que compõem o seu campo conceitual e empírico. Aliando-se o estudo do desenvolvimento territorial aos temas regionais, tem-se um desafio ainda maior: entender como se articulam os aspectos da região/regionalização com os processos de desenvolvimento territorial.

Este trabalho é um exercício teórico que busca no diálogo com autores da Geografia compreender o caráter teórico-metodológico dessa ciência e dos conceitos de região e de desenvolvimento territorial, tentando estabelecer uma relação entre esses dois conceitos, entendendo, inicialmente, que o desenvolvimento territorial faz parte da região.

## 2 APONTAMENTOS SOBRE A REGIÃO NOS ESTUDOS DA GEOGRAFIA

Sabe-se que, em uma concepção areal, muitas são as ciências que evocam a região para localizar fenômenos e objetos de estudo. No entanto, convém salientar que é na Geografia que se encontram as bases do desenvolvimento de conceitos e noções relativos à região (LENCIONI, 1999).

Na Geografia, o estudo regional vem tentando desconstruir uma dicotomia existente desde a sua gênese: meio físico *versus* meio humano.

É sabido que algumas das correntes do pensamento geográfico enfatizam excessivamente os fatores naturais sobre os humanos; outras, por sua vez, salientam em demasia a organização humana do espaço, minimizando o caráter de substrato que o ambiente representa ao desenvolvimento das sociedades.

Assim, as primeiras concepções de região que se teve destacavam esta dicotomia: uma trabalhava com a região com sentido natural e a consequente adaptação humana a essa condição, resultando o chamado determinismo; a outra tratava da ação modeladora do homem sobre o ambiente, inserida na chamada vertente possibilista, enfatizava o gênero de vida e as possibilidades de uso que as sociedades poderiam fazer dos recursos que a natureza dispunha. Na primeira concepção, o que se tinha era o conceito de região natural; na segunda, o de região humana.

Na vertente determinista da Geografia, a região é pensada “[...] como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza.” (CORRÊA, 2007, p. 23). Era a combinação e interação destes e entre estes elementos (o clima, a vegetação, o relevo, a geologia, entre outros) que resultariam na diferenciação daquela área em relação às demais. Tal era a essência dos estudos regionais naquele período: a diferenciação das áreas.

Todavia, outra concepção de região emergiu na França e na Alemanha em fins do século XIX: o possibilismo. Nesse caso, o estudo da região também ganhou novo enfoque: se outrora a região era determinada pelas formas e processos naturais, agora, o elemento humano e sua ação de modelagem dos espaços, por intermédio das possibilidades de uso dos recursos da natureza, são considerados.

Na concepção de Corrêa (2007), somente nessa perspectiva é possível falar em região geográfica, uma vez que, para o autor, é nesse ponto de vista que se pode abranger a paisagem e sua extensão territorial em um único momento de análise. Afirma, ainda, que é na perspectiva possibilista “[...] onde se entrelaçam de modo harmonioso componentes humanos e a natureza.” (CORRÊA, 2007, p. 28).

Em outra abordagem, no contexto da Geografia Teorética, tem-se a região analisada a partir de seus aspectos homogêneos ou funcionais.

Tratam-se como homogêneas as regiões que têm seus parâmetros de avaliação descritos estatisticamente de modo invariável; os elementos de uma região são passíveis de um trato matemático.

Por sua vez, a abordagem da região a partir de seu caráter funcional considera sua organização no sentido de possibilitar maior fluidez na circulação. É uma abordagem regional a serviço do capital; como destaca Corrêa (2007, p. 35):

As regiões funcionais são definidas de acordo com o movimento de pessoas, mercadorias, informações, decisões e idéias sobre a superfície da Terra. Identificam-se, assim, regiões de tráfego rodoviário, fluxos telefônicos ou matérias-primas industriais, migrações diárias para o trabalho, influência comercial das cidades, etc.

É claro, em ambas as concepções de região na vertente teorética, o vínculo estabelecido entre o espaço regional com a ciência do planejamento, uma vez que, ao se matematizar o espaço e intentar melhorias no sistema de circulação, torna-se mais fácil o processo de divisão regional.

No entanto, há de se atentar para o que Santos (2003) denomina de ideologia espacial, no sentido de que o edifício regional, de acordo com o modelo de planejamento regional adotado, pode mudar de acordo com as necessidades do sistema, na tentativa de que “[...] um modelo de consumo se estabeleça por toda parte, mesmo que com diversas variações.” Esses modelos de espaços regionais, em especial o segundo, podem ser “[...] um desses conceitos-chave criados pelo sistema capitalista como meio de impor por toda parte o capital internacionalizado.” (SANTOS, 2003, p. 16).

Nessa mesma perspectiva, Corrêa (2007, p. 49), entende que “[...] a região sob a intervenção planejadora passa a ficar sob maior controle do capital e de seus proprietários [...]”, o que, via de regra, pode resultar em uma

configuração regional excludente, por um lado e, por outro, provedora de privilégios e da manutenção do poder.

Em razão desse caráter dinâmico do conceito e das noções de região é que quase dois séculos depois de Vidal de La Blache ter tecido as primeiras considerações sobre uma Geografia Regional a ideia de região ainda, na concepção de Lencioni (1999), é dinâmica, problemática e passível de mistificações.

Segundo a concepção dos autores deste artigo, é dinâmica e problemática porque várias são as ciências que dela fazem uso para cercear seu objeto de estudo, utilizando-se de várias concepções e metodologias que, por seu turno, irão originar diferentes resultados e delimitações do espaço regional. Passível de mistificações à medida que, por vezes, o discurso regional é utilizado com o propósito de afirmar interesses de uma classe ou indivíduos; nesse viés, “[...] a idéia de região serve facilmente como forma de manipulação política.” (LENCIONI, 1999, p. 20).

Corroborando nesse sentido, Gomes (1995 apud SPÓSITO, 2004, p. 102) salienta que “[...] o conceito de região tem implicações fundadoras no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, da organização da cultura e do estatuto da diversidade espacial.” Nessa concepção, evidencia-se, mais uma vez, o caráter dinâmico e multifacetado do tecido regional, ocasionado pela multiplicidade de agentes e interesses que convergem no sentido de garantir-lhe determinadas formas e funções. Nessa acepção, tantas serão as possibilidades de recortes regionais quantas forem as ideologias de Estado, política e cultura subjacentes ao processo de construção da região.

Ao longo da história de apropriação humana dos espaços terrestres, as sociedades que neles viveram foram imprimindo marcas, características peculiares aos seus modos de vida e de produção que, por conseguinte, imprimiram nos espaços características difusas, permitindo o surgimento de diferentes organizações espaciais sobre o globo.

Nessa perspectiva, sociedades tecnicamente mais evoluídas operaram transformações mais acentuadas sobre os espaços por elas dominados. O desenvolvimento dessas relações permitiu que houvesse, tanto em âmbito global, quanto dentro da própria região, um desenvolvimento desigual nas formas de apropriação dos recursos e, conseqüentemente, estabeleceram-se relações de poder dentro das regiões e de umas sobre as outras.

Reiterando essa assertiva, Corrêa (2007, p. 43) afirma:

As sociedades [...] tiveram, ao longo do tempo e do espaço, um desenvolvimento diferenciado, isto é, os processos internos de diferenciação e a difusão dos processos de mudança deram-se de modo desigual. Assim, o aparecimento da divisão social do trabalho, da propriedade da terra, dos meios, das técnicas de produção, das classes sociais e suas lutas, tudo isso se deu com enorme distância em termos espaço-temporais, levando a uma diferenciação intra e intergrupos. Do mesmo modo, a difusão dos processos de mudança fez-se desigualmente, reforçando a diferenciação de áreas.

É nessa diferenciação de áreas, tal como já afirmado que se encontra o ponto nodal dos estudos da região, a qual, na concepção de Santos (2008), ocorria na relação direta com o seu entorno.

Para Soja (1993), a região tem um caráter histórico e social, criada por processos de mesma origem.

No entanto, na atualidade, o edifício regional, devido à aceleração dos processos globais, é rapidamente construído, assim como rapidamente se desfaz ou reconfigura. Conforme esclarece Santos (2008, p. 246):

No decorrer da história das civilizações, as regiões foram configurando-se por meio dos processos orgânicos, expressos através da territorialidade absoluta de um grupo, onde prevaleciam suas características de identidade, exclusividade e limites, devidas à única presença desse grupo, sem outra mediação. [...] Podemos dizer que, então, a solidariedade característica da região ocorria, quase que exclusivamente em função dos arranjos locais. Mas a velocidade das transformações mundiais deste século, aceleradas vertiginosamente no pós-guerra, fizeram com que a configuração regional no passado desmoronasse.

Contudo, há de ser considerado o fato de que, mesmo havendo este “desmoronamento” do que até então se entendia por região, ela não deixou de existir. Em verdade, no período da história, por Santos (2008b) definido como técnico-científico-informacional, a região tomou novas formas e funções na organização do espaço geográfico. Em uma relação dialógica entre o local e o global, as regiões se complexificam.

Segundo esse mesmo autor, as regiões são, hoje, basilares para o desenvolvimento das relações mundiais que, na sua ausência, não se realizariam tal como se conhece (SANTOS, 2008a).

Ainda, no entendimento da região como base para as relações mundiais, pode-se afirmar que ela figura como possibilitadora de fluxos (materiais ou não). A esse respeito, Lencioni (1999) afirma que a região é discutida na perspectiva do desenvolvimento desigual, traduzindo a ideia de espaço como campo de circulação, sendo a região, nesse caso, uma dimensão particular no processo de valorização do capital.

Para Gomes (2003), ao se analisar a região tão somente por essa perspectiva, a Geografia

Estaria, em verdade, colaborando com a produção de um desenvolvimento espacial desigual, visto sob a máscara de uma complementaridade funcional hierárquica. Ao assumir a dinâmica de mercado como pressuposto da organização espacial, estes modelos “naturalizariam” o capitalismo, como a única forma possível de conceber o desenvolvimento social, ao mesmo tempo, em que trabalhavam para a manutenção do status quo de uma sociedade desequilibrada e desigual. (GOMES, 2003, p. 65).

Surge, nesse contexto, a necessidade de uma abordagem que contemple a região para além de simples lócus ao desenvolvimento das relações de mercado, que conceba o espaço, em sua multiplicidade.

Uma concepção na qual seja possível, tal como afirmou Saquet (2009, p. 73), reconhecer:

[...] simultaneamente, características fundamentais do processo de apropriação, dominação e produção do território assim como as relações de poder, as identidades simbólico-culturais (traços comuns), as contradições, as desigualdades, (ritmos lentos e rápidos, as diferenças, as mudanças (descontinuidades), as permanências (continuidades), as redes de circulação, de comunicação e a natureza interior e exterior ao homem como ser genérico (biológica e socialmente).

Tal perspectiva, expressa por Saquet (2009), é denominada abordagem territorial.

Corroborando no sentido de afirmar essa abordagem nos estudos da Geografia, Souza (2009) reafirma o papel do território nos estudos do desenvolvimento. Para ele, “[...] as regiões não podem ser tratadas apenas como provedoras passivas de insumos ao desenvolvimento.” (SOUZA, 2009, p. 350).

Esse autor aponta a necessidade de se inter-relacionar fatores de diversos cunhos nos estudos do desenvolvimento. Assim, por exemplo, Castro (2003, p.

205) enfatiza as relações entre a política e o território para uma concepção de desenvolvimento: “[...] a política entendida como modo de organização dos conflitos de interesses e o território, a arena privilegiada da ação, ambas, a política e o território, como dimensões do espaço-sociedade, portanto, indissociáveis.” (SOUZA, 2009, p. 361).

### **3 NOÇÕES E PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Para a Geografia, o espaço é produzido historicamente por meio de relações humanas sobrepostas aos fatores naturais; conjuntamente, a configuração desses espaços é determinada pelos conflitos existenciais no interior da sociedade, sendo por meio das formas de organização do território que se determinam as dinâmicas ali empregadas.

Raffestin (1993), em *Por uma Geografia do Poder*, acorda que espaço e território não são termos equivalentes, fazendo-se necessário compreender que o espaço se constitui antes de se estabelecer o território. É a partir das ações empregadas por determinada sociedade que se estabelecem relações sociais, culturais, econômicas, políticas e de poder.

A relação entre espaço e sociedade é subentendida como condições principais ao desenvolvimento territorial, em razão de que, com ações empregadas, o homem sempre espera respostas às necessidades que dele se exige. As delimitações e as dinâmicas espaciais acabam por transformar em um instrumento de controle do território mediante agentes norteadores.

Na concepção de Bettanini (1982), analisar o território vivido significa superar a dimensão do espaço-extensão ou suporte de atividades para acolher a noção de representação do espaço. A representação que se tem do espaço é geralmente produzida pelas ações, valores e ideologias. É a partir das relações que nele se estabelecem que se verifica o significado que os sujeitos atribuem ao território.

O território, na concepção de Saquet (2007, p. 51), “[...] é organizado pela sociedade, que transforma a natureza, controlando certas áreas e atividades, política e economicamente: significa relações sociais e complementaridade, processualidade histórica e relacional.”

O espaço em si é algo imaterial e está constituído de forma abstrata. A partir do momento em que uma sociedade se apodera dele e começa a estabelecer relações de domínio, passa a configurar um território, construindo-se ao longo do tempo por meio das relações sociais ali estabelecidas. Não se pode pensar em território sem pensar em uma população, a qual determinará que tipo de relações serão estabelecidas e que atores sociais terão o poder sobre esse território.

Saquet (2007) comenta que as relações de poder são um comportamento indispensável à efetivação de um território. Nessa concepção, o território afirma-se sobre uma visão de poder preestabelecida. Quando se pensa no espaço abstrato, sem nenhuma interferência humana, percebe-se que não há relação de poder ou dominação, mas, a partir do momento em que se inicia um processo de formação do território, concomitantemente, inicia-se a constituição do poder.

O que fundamenta o poder não é a “[...] necessidade natural, mas a capacidade que os homens têm de transformar, por seu trabalho e ao mesmo tempo, a natureza que os circunda e suas próprias relações sociais.” (LAPIERRE apud RAFFESTIN, 1993, p. 56).

Assim, os homens, ao firmarem um território, buscam organizar uma sociedade de forma que se possa exercer domínio sobre determinado grupo e sobre os próprios recursos naturais.

Também, quando se organiza um território, no primeiro instante, almeja-se certo desenvolvimento para esse espaço transformado e ocupado. Espera-se, em longo prazo, que o poder sobre esse espaço reflita sobre outros, ampliando seus poderes de dominação.

É nesse sentido que, tal como Raffestin (1993, p. 7-8), acredita-se que:

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial, que é o espaço. Há, portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias.

Os atores sociais, criados com o território, são os mesmos que irão formular políticas de desenvolvimento do local, com o poder que lhes é conferido pela própria população estabelecida nesse local.

Esse desenvolvimento pode ocorrer em determinadas regiões do território, não se configurando em um total desenvolvimento territorial, o que explicaria o desenvolvimento de apenas certos locais das grandes cidades.

O desenvolvimento de uma população, seja político, econômico, seja cultural, não pode ser baseado apenas em índices econômicos. Ao contrário, deve-se avaliar como a população acompanha esse desenvolvimento.

Dessa maneira, pensar em desenvolvimento local ou regional exige uma melhoria das condições de vida da população, para que esta tenha acesso aos recursos disponíveis (saúde, alimentação, habitação) e, assim, ocorra a justiça social e não apenas o desenvolvimento econômico.

As concepções de desenvolvimento sempre foram baseadas nos aspectos econômicos de cada região, pensada pelos atores sociais como porta para a elevação da qualidade de vida de uma sociedade.

Bem verdade que tal visão não deixa de ter certa coerência. No entanto, desenvolver a economia requer desenvolver e pensar na população, em todos os aspectos plausíveis.

Quando se desenvolvem políticas voltadas para a educação, saúde, renda, entre outros, seus reflexos ocorrerão naturalmente no setor econômico, haja vista que os aspectos econômicos e sociais estão associados.

Souza (1995) refere-se a estratégias pensadas no desenvolvimento não meramente econômico-social, mas em estratégias que contribuam para uma justiça social mais efetiva, sem pensar apenas no crescimento econômico e tecnológico.

No entanto, os economistas do desenvolvimento perceberam que o crescimento não traz automaticamente justiça social (SOUZA, 1995, p. 101). Assim, no decorrer do tempo, a ideia de desenvolvimento foi gradualmente incorporando aspectos sociais, culturais e ambientais.

Desse modo, no instante em que o desenvolvimento da esfera econômica ocorrer em outras dimensões da vida social, poder-se-á pensar em um modelo de desenvolvimento que atinja vários segmentos da sociedade.

Becker (1997) sugere que um processo de desenvolvimento deve compreender diferentes esferas decisórias, que configuram dimensões da vida humana ou campos de atuação distintos dos homens, formando estruturas organizadoras. Entretanto, em vários países do mundo, ocorre um acelerado crescimento econômico, sem que o desenvolvimento socioespacial da população aconteça na mesma proporção.

Nesse preâmbulo, Paulani e Braga (2000, p. 229) afirmam que:

O crescimento econômico diz respeito à elevação do produto ao país e pode ser avaliado a partir das contas nacionais. Desenvolvimento é um conceito bem mais amplo, que se leva em conta a elevação da qualidade de vida da sociedade e a redução das diferenças econômicas e sociais entre seus membros.

Assim, ações de articulação e informação que vêm ocorrendo em favor das iniciativas de desenvolvimento territorial, têm como centro as inovações na organização de políticas públicas, associadas à evidência das potencialidades locais, bem como às particularidades de cada região, percebida como umas das múltiplas concepções das dimensões sociais do território (SAQUET, 2007, p. 93). Mesmo que a região permaneça, ao menos até hoje, mais um objeto de discurso que de práticas, é dita, não vivida (RAFFESTIN, 1993).

Todavia, o Estado, como organizador do território, elabora e promove ações que possibilitam certo desenvolvimento. Porém, isso não quer dizer que suas ações serão desenvolvidas e alcançadas na mesma uniformidade para todas as partes do território, aqui pensadas como regiões, lugares subdivididos dentro de um mesmo território.

Se consideradas as dimensões espaciais do desenvolvimento e o perfil das soluções mais adequadas à realidade apresentadas no território, a descentralização e o fortalecimento das representações locais oferecem nova perspectiva ao desenvolvimento.

A busca por soluções para a efetivação de um desenvolvimento territorial requer uma noção de organização política, e essa organização emana certo poder. Para Saquet (2007, p. 34), as relações de poder são um comportamento indispensável à efetivação de um território. Essas relações surgem em razão da sociedade, seus atores e suas práticas sociais.

Assim, pensar em políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento da sociedade significa pensar na atuação do Estado propriamente dito. A busca por uma identidade pertencente ao território é estratégia de pensar o desenvolvimento econômico aliado a outros setores que compreendem a sociedade no todo. Essas estratégias geralmente são gerenciadas pelos atores políticos e sociais.

Em discurso de proporcionar maior efetivação do desenvolvimento territorial, agentes políticos buscam a autonomia perante as esferas maiores, as quais condicionam estratégias de desenvolvimento em âmbito maior. O território, aqui, é pensado como um espaço concretizado nas ações dos agentes sociais, os quais são identificados pela identidade social, cultural e ambiental.

Um exemplo pela busca da autonomia em favor do desenvolvimento territorial são as emancipações de pequenos municípios no Brasil. Quando da sua formação, os agentes políticos, por vezes indicados pela própria sociedade, utilizam-se do discurso da autonomia. Uma vez conseguida, efetivar-se-á o desenvolvimento do local. Para esse projeto, baseiam-se em uma concepção de desenvolvimento sob uma ótica econômica.

Em relação à autonomia, Souza (1995, p. 106) argumenta que ela

Constitui a base do desenvolvimento, este como processo de auto-instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade; um processo, não raro doloroso, mas fértil, de discussão livre e racional por parte de cada um dos membros da coletividade acerca do sentido e dos fins do viver em sociedade, dos erros e acertos do passado, das metas materiais e espirituais, da verdade e da justiça.

Para o autor, a autonomia possibilita maior desenvolvimento, proporcionando mais igualdade e justiça. Entretanto, no Brasil, a autonomia municipal nem sempre significa descentralização, pois para isso acontecer necessita-se de determinado poder de decisão nas esferas política, econômica e social. Para o desenvolvimento integral que se espera alcançar, não basta a Constituição possibilitar autonomia administrativa, é indispensável uma nova concepção de gestão do poder local.

Nesse sentido, Pires (2001, p. 232) sugere um novo conceito de poder local:

Poderíamos entender poder local não estritamente como o poder da administração pública, mas o poder originário da negociação entre os atores coletivos que disputam interesses no território e que produzem o território nas suas dimensões, no que diz respeito à qualidade de vida dos cidadãos e no que diz respeito à condição de cidadania.

A autonomia, sem dúvidas, é um norteador do desenvolvimento territorial, baseando-se na prerrogativa que ela seja um determinante quanto ao poder local. Não se pode pensar em desenvolvimento sem pensar na ênfase do poder. Uma

vez conseguida a autonomia para gerenciar o território e organizá-lo da maneira que melhor convier para os agentes políticos, mais poder sobre o território e a população será obtido.

Raffestin (1993) argumenta que sem a população o território se resume apenas a uma potencialidade, é ela que determina as relações que serão estabelecidas sobre o território. Pressupõe, assim, pensar que ela é o foco dos interesses de vários agentes políticos, uma vez que transforma o território por intermédio do trabalho e manipula os recursos naturais. É por meio das relações econômicas, políticas e culturais estabelecidas no território que serão efetivadas também as relações de poder.

Nessa perspectiva, Gottmann (apud SAQUET, 2007, p. 68) reafirma que o território é resultado das ações dos homens em sociedade, demarcando e organizando o espaço, tanto jurídica quanto cultural e economicamente. Os homens, ao mesmo tempo que organizam o território, expressam o poder sobre este.

Sabendo-se que o território é organizado pela sociedade que o ocupa, também é ela que mediante os agentes políticos estabelecerá estratégias de desenvolvimento sobre ele. Nem sempre o desenvolvimento territorial ocorre de forma homogênea. Dependendo das atividades econômicas e das relações de poder aliçadas no local, haverá maior ou menor desenvolvimento.

Talvez, nessa visão, os agentes políticos e sociais, em busca de desenvolvimento territorial, defendam o local, a região como simples busca de sentido. Isso não deve ser pensado como uma acepção filosófica, mas uma questão de identidade da população com o local (RAFFESTIN, 1993, p. 184).

Nesse sentido, o território significa economia, cultura, política e natureza: ambiente, chão, formas espaciais e relações entre sujeitos (DEMATTEIS apud SAQUET, 2007, p. 114). O território é estabelecido a partir da movimentação da sociedade, sempre ou quase sempre direcionada sobre a noção de pertencimento do local.

A forma como a população percebe e se coloca sobre o território pode determinar como ocorrerá o desenvolvimento deste.

Buscar a economia como fator determinante para se sobrepor sobre o território pode não alcançar o desenvolvimento social, cultural, ambiental desejado. As visões de desenvolvimento devem ser ampliadas para além do crescimento econômico, pensando, com isso, buscar um desenvolvimento social que melhore a qualidade de vida das pessoas e proporcione equilíbrio entre sociedade e meio ambiente.

Saquet (2007, p. 119) comenta que:

Na relação entre desenvolvimento e desenvolvimento econômico: “o primeiro supera o segundo”. É mais complexo e amplo. O próprio econômico é, simultaneamente, social e territorial. Da mesma forma, o desenvolvimento (social e territorial) é resultado dos processos sociais.

O desenvolvimento territorial, longe de ser somente econômico, é discurso de vários agentes políticos, de instituições públicas e privadas. As políticas direcionadas pelo Estado para o efetivo desenvolvimento socioeconômico, na atualidade, almejam tal desenvolvimento. Talvez, o que dificulta tais políticas sejam os trâmites burocráticos impostos aos governos locais. Nesse caso, percebe-se que nem sempre a autonomia dos entes federados ou municípios descentraliza o poder maior.

Todavia, esses impasses não deveriam ser entraves à concretização do desenvolvimento abrangido por todos os aspectos que dizem respeito à sociedade. Parece ser uma forma mantedora do poder. Tudo deve estar conectado com o poder central, dificultando o desenvolvimento de um território. Contudo, o poder dos agentes políticos, em certas regiões do território, pode ocasionar um desenvolvimento mais expressivo.

No capitalismo, as regiões de planejamento são unidades territoriais através das quais um discurso da recuperação e desenvolvimento é aplicado. Trata-se, na verdade, do emprego, em um dado território, de uma ideologia que tenta restabelecer o equilíbrio corrompido com o processo de desenvolvimento. Este discurso esquece, ou a ele não interessa ver, que no capitalismo as desigualdades regionais constituem mais do que em outros modos de produção, um elemento fundamental de organização social. Em muitos casos, a ação decorrente do planejamento regional proporcionou um relativo progresso e uma maior integração da região ao modo de produção capitalista, quer dizer, a região sob intervenção planejadora passa a ficar sob maior controle do capital e de seus proprietários. (CORRÊA, 2007, p. 49).

Assim, pensar em desenvolver uma região requer utilizar os fatores endógenos ao território, pois a forma de produção de cada localidade, as características tecnológicas e institucionais do meio e os recursos locais condicionam o processo de crescimento e podem proporcionar o desenvolvimento local. No entanto, crescimento não é sinônimo de desenvolvimento; enquanto o crescimento considera as riquezas econômicas de determinado território, o desenvolvimento significa o resultado de como a riqueza

será utilizada em benefício da população local, promovendo melhor condição de vida em todos os âmbitos.

Segundo Souza (1995), da mesma forma que o conceito de território tem permanecido no discurso científico, a ideia de desenvolvimento tem-se pautado em certo estadocentrismo, onde o Estado é legitimador do território e do desenvolvimento local. O Estado, sob a ação dos governos, acaba sendo o promovedor do desenvolvimento, baseando-se na economia gerada no território. Dessa forma, o que se percebe é que, se não houver a presença do Estado, o território por si não conseguirá atingir determinado desenvolvimento.

Na atualidade, os meios tecnológicos e informacionais aliados à diversificação econômica promovem maior desenvolvimento territorial. A mudança no paradigma do desenvolvimento no decorrer dos tempos condicionou a ideia de que crescimento econômico necessita estar aliado ao desenvolvimento socioeconômico, sociocultural e socioambiental.

As políticas de desenvolvimento organizadas e efetivadas pelo Estado tendem a estabelecer um desenvolvimento regional, alicerçado em um desenvolvimento territorial. Isso quer dizer que o Estado, como gerenciador da economia, deveria formular políticas de desenvolvimento, partindo das especificidades de cada região. Estimular o desenvolvimento regional pode ser o caminho para o desenvolvimento do todo, nesse caso o território, onde estão inseridas várias regiões, cada uma com suas particularidades.

No entendimento de Saquet (2007, p. 177):

O desenvolvimento territorial não pode ser burocrático e centralizado, político institucional, partidário e mascarado. Precisa ser construído participativamente, reconhecendo-se os diferentes sujeitos, os distintos interesses, os anseios, os sonhos, as necessidades, dos tempos e os territórios, as temporalidades, as territorialidades e a conquista de autonomia.

Nessa abordagem, a ascensão do desenvolvimento territorial, sem dúvida, baseia-se nas instituições governamentais e privadas, mas elas não podem ser únicas a gerenciar, tornando-se detentoras do poder sobre o território. É necessário pensar no território como sociedade, identidade, cultura, origem e produção mercantil, assim, desenvolvimento territorial e crescimento econômico podem ser aliados na melhoria da qualidade de vida das populações.

## 4 CONCLUSÃO

O diálogo exercido no transcorrer do trabalho com inúmeros autores sobre os conceitos referentes à região e ao desenvolvimento territorial possibilitou analisar a região não como mera coadjuvante no processo de organização e desenvolvimento do território, mas como parte integrante deste.

Entretanto, entende-se que os conceitos e autores divergem e convergem sobre o mesmo tema. Nesse sentido, busca-se estabelecer a maior conexão possível entre ambos os conceitos.

A própria ciência geográfica, no decorrer de sua confirmação como ciência, passou por várias reformulações e, ainda hoje, perpassa por esse processo. Nessa perspectiva, com os conceitos de região e território, o processo não poderia ser diferente, já que a Geografia é uma das áreas científicas que procura discutir tais conceitos.

Evidentemente, não é simples correlacionar tais conceitos, já que para alguns autores a região pode ser configurada apenas por elementos naturais e, para outros, como algo materializado após a configuração territorial ou um espaço menor do território; outros, ainda, afirmam que ela é mero objeto do Estado para a promoção de políticas que viabilizem o desenvolvimento de determinado local, ou seja, percebem a região como espaços delimitados, divididos e retalhados de um território mais abrangente.

Ao longo da história, as regiões foram se configurando dentro dos territórios como espaços estabelecidos pela imposição das populações que as ocupavam. A identidade, origem, formas de viver e as particularidades de cada grupo social foram materializando o território e direcionando as relações de poder.

Ainda que, para Rafesttin (1993) e Sousa (1995), a região tenha uma abordagem mais conceitual do que concreta, mesmo assim o uso da terminologia ocorre em vários discursos, tanto por áreas científicas quanto por agentes políticos e sociais. Desse modo, tem-se uma atuação interescalar, que se eleva o local para o global. Assim, a região parece ser vinculada a uma ideia de área onde a circulação do capital econômico proporciona desenvolvimento socioeconômico local.

Nessa perspectiva, pensar a região como uma potencialização do território consiste em analisar o desenvolvimento territorial como algo direcionado a de-

terminados locais. Politicamente, a região parece constituir uma esfera menor do território, onde os agentes políticos e sociais elaboram diretrizes em benefício de grupos sociais menores, em concordância com as atividades produtivas do local.

Todavia, a visão de desenvolvimento regional tradicional fundamentada no modelo produtivo passou, ao longo do tempo, por uma redefinição, isso em razão das novas modelagens (sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais). Uma nova ótica sobre a política de desenvolvimento regional desvia o enfoque e almeja superar os desequilíbrios entre as regiões de um mesmo território, ou seja, uma nova estratégia de desenvolvimento regional baseia-se em estratégia de desenvolvimento territorial.

Assim, a problemática do desenvolvimento territorial deriva de como esse conceito é entendido. A perspectiva de formulações de políticas públicas careceria ser baseada nas realidades locais, onde o Estado e o Governo podem agir como articuladores de ações empregadas para o efetivo desenvolvimento territorial.

As possibilidades de aplicação do desenvolvimento territorial requerem analisar a região como algo materializado, não apenas em termos científicos, mas como uma continuidade do território.

Nesse sentido, a incorporação de novos modelos de políticas públicas necessita respeitar as particularidades de cada região, buscando influenciar o desenvolvimento territorial baseado não apenas em aspectos econômicos, mas em aspectos que proporcionem melhoria nas condições de vida da população que organiza e condiciona o território.

### ***Region and territorial development: dialogues between a concept and a theme in studies of geography***

#### *Abstract*

*The geographical science, like all other sciences, has concepts underlying their analysis about the objects of study. In this context, the concept of region has been historically used by the different currents of geographic thought in order to better understand the spatial distribution of phenomena. Moreover, issues also arise in order to better target studies. This is the case, for example, the issue of territorial development, which takes into account the congruence of several factors in the human organization of geographical space and the consequences for the area's development*

*in economic, cultural, political and social. Although they are distinct concepts, the region is a basis to analyze the regional development, consists of a smaller base of the territory where the political and social agents draw up guidelines for its development, according to the local productive activities. Territorial development requires analyzing the region as something embodied in social relations and production, in order to attain the growth outlook in the aspects mentioned above.*

*Keywords: Region. Development. Territory. Geography.*

#### Nota explicativa

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), na disciplina Tópicos Especiais em Dinâmicas Econômicas e Território: metodologia científica em Geografia – método, teoria e o pensamento geográfico, ministrada pelos professores Dr. Eliseu Savério Spósito e Dr. Marcos Aurélio Saquet.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Dizimar Fermiano. **Sustentabilidade**: Um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F. (Org.).

**Desenvolvimento sustentável necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: Ed. da Unisc, 1997.

BETTANINI, Tonino. **Espaço e Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedex**, ano 21, n. 55, nov. 2001.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Ed. da USP, 1999.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Marcio Bobik. **A Nova Contabilidade Social**. São Paulo: Saraiva, 2000.

PIRES, Maria Coeli Simões. A ressemantização da autonomia municipal em face dos desafios contemporâneos. **Revista de Informação Legislativa**, ano 38, n. 149, jan./mar. 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Metamorfozes do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2008b.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério (Org.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular; Unesp, 2009.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Edson Belo Clemente de. O território e a região: análise de políticas públicas. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério (Org.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular; Unesp, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Elias; GOMES, Paulo César da Costa Gomes; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Beltrant Brasil, 1995.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e epistemologia**: Contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

Recebido em 6 de outubro de 2009

Aceito em 5 de fevereiro de 2010